

Saúde

## Saúde

O anteprojeto ainda está em estudo  
mas define que a criação do SUS  
deve contar com uma grande arrecadação

# Querem taxar 5% das heranças para o SUS

A taxa de herança está incluída entre as origens de recursos propostas para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa indicação não passou para o texto final da Constituição, mas está contida no anteprojeto da Lei Orgânica do SUS — elaborado pelo Núcleo de Estudos da Saúde Pública (Nesp) da Universidade de Brasília —, que está em análise nos ministérios da Saúde, Previdência Social, Planejamento e Educação. Para a implantação do SUS, o documento define que os recursos necessários para a manutenção do projeto são: orçamento da Seguridade Social, acrescido de uma porcentagem do arrecadado com pedágios; taxas portuárias e aeroportuárias; e 5% sobre as heranças.

O SUS integra o Sistema de Seguridade Social garantido no artigo 198 da Constituição, e compreenderá — segundo definição do anteprojeto — o conjunto de ações e serviços de saúde, exercido, em todo o País, “diretamente pelo poder público e, de forma complementar, pelos serviços privados”.

O documento do Nesp propõe uma radical descentralização para Estados e municípios do sistema de saúde, já iniciada em julho de 1987 com a implantação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds) — e uma integração entre os órgãos do setor com um comando único em cada esfera do governo, seja federal, estadual ou municipal.

## Preocupação

O financiamento é a maior preocupação dos técnicos do Ministério da Previdência Social quanto ao anteprojeto que regulamenta o SUS. Mesmo garantida a descentralização do sistema e um fortalecimento do Ministério da Saúde, o anteprojeto mantém uma depen-



Alheia à controvérsia de informações, a população procura os hospitais. E enfrenta problemas.



## Estado e hospitais não se entendem. E continua a guerra de números.

Apesar da Secretaria Estadual de Saúde informar que “apenas cinco ou seis hospitais da rede particular aderiram ao movimento de paralisação das consultas simples”, o Sindicato dos Hospitais de São Paulo garantiu que 95% dos hospitais estão participando do movimento. (O sindicato reivindica revogação da medida da Secretaria da Saúde de não pagar as consultas simples realizadas pela rede privada e a obrigatoriedade de encaminhamento dos pacientes à rede pública.)

O secretário José Aristodemo Pinotti também continuou fazendo questão de frisar “que o atendimento à população está melhor na rede pública do que na particular e que os centros de saúde estão pre-

parados para dar toda assistência necessária”.

No entanto, o diretor Angelo Dagostinho Júnior, da Associação dos Servidores da Secretaria da Saúde, disse o contrário: “A rede pública não está preparada para atender à demanda. Faltam equipamentos, remédios, médicos, enfermeiras. Não temos condições de trabalho”. Angelo Dagostinho informou que, diante desta “situação caótica”, os funcionários do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde, da zona Leste, vão realizar, hoje, às 10 horas, um ato público em frente à Secretaria da Saúde.

Mas as reclamações dos servidores, da população e o movimento dos hospitais particulares não abalam a Secretaria Estadual da

Saúde. “Acredito que está tudo sob controle. Estamos agilizando os concursos, contratando funcionários... A rede pública tem condições de atender aos doentes. Nós oferecemos os medicamentos e a rede privada não faz isso”, frisou José Enio Servilha Duarte, secretário adjunto.

Revoltado contra o descaso da Secretaria da Saúde, o presidente do Sindicato dos Hospitais de São Paulo, Chafic Farahat, observou: “Sabemos que a rede pública sempre foi ineficiente e inoperante. O governo sempre pagou mal, atendeu mal, agora não quer pagar as consultas simples e está estaticando. Isto é terrível”.

Na tarde de ontem, o Centro de Saúde de Vila Maria denunciou

que muitos doentes alegaram ter assinado guia verde ou Boletim de Atendimento de Urgência, no Hospital da Vila Maria. A enfermeira e diretora da Associação dos Servidores da Secretaria da Saúde, Neusa de Jesus, afirmou: “Este hospital tem mandado os doentes para o centro de saúde, mas antes disso tem feito os pacientes assinar a guia que dá direito ao hospital de cobrar a consulta do Inamps”.

No Hospital de Vila Maria, nenhum dos seis diretores estava presente para esclarecer o problema. Mas o presidente Farahat defendeu: “Os hospitais estão apenas se resguardando. A assinatura dos pacientes na guia é apenas para provar que não está ocorrendo omissão de socorro”.

dência do SUS aos recursos provenientes do Sistema Nacional de Previdência Social (Sinpas), que contribuirá com 30% da receita.

O Ministério da Previdência Social já tem um grupo de trabalho montado para analisar e fazer as modificações no anteprojeto elaborado na Universidade de Brasília, que deve ser encaminhado até o dia 5 de abril para apreciação do Congresso. O cronograma dos técnicos dos ministérios — em que se incluem Saúde, Educação e Planejamento — é de até o dia 23 todas as propostas de alterações serem remetidas para o Palácio do Planalto para o presidente Sarney definir que projeto deverá ser discutido pelo Legislativo.

Segundo um dos membros do grupo, a questão dos recursos ficou “muito confusa” e também é um absurdo que se queira garantir numa Lei Orgânica a taxa sobre heranças, que nem mesmo durante a Constituinte foi aprovada. Outro ponto polêmico é quanto ao poder de decisão dos conselhos que fiscalizarão o Fundo Nacional de Saúde (FNS). Na opinião do grupo da Previdência, esses conselhos só podem agir como órgãos consultivos e não deliberativos.

O anteprojeto, que após análise e alterações dos ministérios deverá ser encaminhado ao Gabinete Civil e só depois remetido para apreciação do Congresso, propõe a criação do serviço civil obrigatório para profissionais do setor de saúde — médicos, enfermeiros, veterinários, farmacêuticos e bioquímicos. A regulamentação desse serviço ficará para lei ordinária, mas deve funcionar com o trabalho recém-formado que será estabelecido para exercer suas atividades em áreas carentes, no interior do País.